

SIM, VAI TER LUTA!

Proteger a vida Garantir empregos Preservar direitos

Congressos da Caixa e do Banco do Brasil e a Conferência Nacional vão definir prioridades e estratégias da Campanha dos bancários



Após os encontros estaduais do BB e da Caixa e a Conferência Interestadual da categoria realizados no último final de semana, bancárias e bancários de todo o país vão debater neste final desta semana, de 10 a 12 de julho, os principais temas que preocupam os funcionários dos bancos públicos, quando serão realizados os congressos nacionais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. Nos

dias 18 e 19 de julho acontece a 22ª Conferência Nacional da Categoria e nos dias 20 e 21 de julho serão realizadas as assembleias virtuais para aprovação da minuta a ser entregue à Fenaban (Federação Nacional dos Bancos).

Mesmo cumprindo todo o distanciamento necessário em função dessa pandemia nada impedirá a mobilização da categoria neste momento político e econômico tão adverso. Primei-

ro, é preciso preservar a vida, exigindo dos bancos o cumprimento de todos os protocolos de prevenção à Covid-19. E, mais do que nunca, será fundamental a unidade e participação dos bancários e bancárias para garantir os empregos no setor privado, preservar os direitos de todos os trabalhadores e impedir a realização do projeto de privatização dos bancos públicos. É relevante, também, o compromisso jun-

to com toda a sociedade de defender a democracia, ameaçada por aqueles que ainda pedem a volta do período até então mais obscuro da história do Brasil, a ditadura militar.

As adversidades são muitas: crise sanitária e econômica e um governo definitivamente contra os direitos dos trabalhadores. Mas que a Fenaban e o Presidente Bolsonaro saibam de antemão: sim, vai ter luta.

Combater as privatizações. Defender a democracia

Conferência Nacional: 18 e 19 de julho

Congresso Nacional do BB: 10 a 12 de julho

Conecef: 10 e 11 de julho

FINANCIÁRIOS

Nova negociação na sexta (10)

A próxima rodada de negociação entre a representação dos financiários e a entidade patronal, a Fenacrefi (Federação Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento) será nesta sexta-feira, dia 10 de julho. A primeira rodada foi realizada no último dia 3 de julho, através de videoconferência. O aspecto positivo da reunião foi que a Fenacrefi acenou com a possibilidade de renovação da atual Convenção Coletiva de Trabalho da categoria por dois anos, uma reivindicação dos financiários. Entretanto, as financeiras não querem conceder aumento real de salários e nem aceitam melhorias na fórmula da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Tanto os representantes dos empresários do setor quanto os trabalhadores ficaram de estudar uma forma de garantir medidas de adequação para as pequenas empresas em relação ao acordo.

DÁ PARA AVANÇAR MAIS

O aditivo sobre a pandemia do coronavírus, a extensão de prazo de atendimento médico-hospitalar aos demitidos e o aceno de pelo menos corrigir os salários pela inflação (INPC) para evitar maiores perdas são pontos que permanecem em discussão. Há ainda a inclusão do debate sobre o combate à violência à mulher, que é mais um aspecto positivo apresentado na mesa de negociação. “Há sinalizações positivas da Fenacrefi neste primeiro encontro, mas precisamos avançar mais, visto que o setor financeiro ainda é o que mais lucra no país”, acrescenta o diretor do sindicato, Alexandre Batista.

22º ENCONTRO ESTADUAL

Caixa: Nenhum direito a menos e luta contra a privatização

Encontro aprova ainda resoluções sobre Funcef, Saúde Caixa e defesa do SUS



A luta contra a privatização da Caixa Econômica Federal, pela manutenção do banco público na mesa única de negociação e pela preservação dos direitos contidos no acordo específico e na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) a ser negociada este ano com a Fenaban, na campanha nacional dos bancários. Estas são as três mais importantes resoluções aprovadas no último domingo (5), no 22º Encontro Estadual dos Empregados da CEF, realizado virtualmente. Foram mais de 37 resoluções propostas pela direção do Sindicato, delegados sindicais e pela base, a serem enviadas para o debate na 36ª Conferência Nacional dos Empregados da Caixa (36ª Conecef), a ser realizada também remotamente nos dias 10 e 11 de julho. Para o diretor do Sindicato e um dos coordenadores do encontro, Rogério Campanate, os debates foram muito produtivos, e, apesar de algumas divergências, a marca foi o diálogo e a busca por consensos. Além das resoluções, ao final, foi aprovada uma única chapa com representantes das diversas entidades e forças políticas da categoria bancária do Rio de Janeiro, formando a delegação que participará da conferência nacional, com paridade de mulheres e homens. Por acordo serão 20 delegados da ativa e três aposentados.

DEFESA DA VIDA

O diretor do Sindicato, José

Ferreira, reforçou a necessidade de garantir a preservação dos direitos contidos na CCT e também no acordo específico, assim como o direito à vida e à saúde. “Foram aprovadas medidas a serem exigidas para a preservação da vida dos bancários para evitar o contágio do novo coronavírus, como o avanço nas normas do protocolo de prevenção da doença, como o trabalho remoto e do rodízio, porém, somente de forma emergencial, durante a pandemia”, disse. Lembrou que a Caixa já quer fazer voltar 30% da força de trabalho. “Isto não é necessário, nem prudente. Trata-se de uma ameaça à vida dos bancários que não vamos admitir. Isto pode inclusive gerar um repique da pandemia entre os empregados e clientes”, alertou.

SAÚDE CAIXA

O encontro aprovou, também, a defesa do plano Saúde Caixa para todos. É que parte dos empregados, os que entraram para o banco a partir de 2018, não tem direito à cobertura. O banco quer também reduzir direitos e mudar a forma de gestão. “Não vamos admitir”, avisou José Ferreira. Outra importante decisão é priorizar na campanha a luta contra a privatização da estatal. “A Caixa mostrou a importância de o Brasil ter um banco público que possa

investir para apoiar o país, minimizando os prejuízos causados pela pandemia à atividade econômica, através de financiamento às empresas, e da ajuda para manter a renda da população. Vamos dialogar com a sociedade e mostrar que é preciso defender a Caixa 100% pública. E fazer o mesmo em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS). Ambos mostraram nesta pandemia como são fundamentais para o país”, afirmou. O vice-presidente do Sindicato do Rio Paulo Matileti destacou a importância da unidade para a categoria garantir êxito na campanha salarial. “Enfrentamos um governo fascista, à serviço dos interesses dos bancos, do grande capital e da especulação que veio para tentar retirar direitos históricos conquistados pelos trabalhadores. É hora de deixarmos as divergências em segundo plano e buscarmos a unidade dos bancários e de todos os demais trabalhadores em defesa da vida, dos direitos e contra a entrega do patrimônio público e dos recursos naturais do país”, disse. Confira aqui em nosso site informações sobre os debates de conjuntura e demais detalhes do encontro que definiu as bandeiras de luta dos trabalhadores da Caixa os delegados para o 36º Conecef (Congresso Nacional dos Empregados da Caixa), que será realizado virtualmente.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redator:** Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 16.000

BB: Encontro Estadual destaca importância da unidade contra privatização e retirada de direitos

Resoluções sobre Previ, Cassi e Home Office com direitos também serão debatidos no Congresso Nacional dos funcionários de 10 a 12 de julho

A defesa do Banco do Brasil como parte da luta dos bancários e bancárias contra a privatização das instituições públicas é uma das prioridades do funcionalismo na Campanha Nacional deste ano. O anúncio foi feito por participantes do 22º Encontro Estadual dos funcionários do BB do Rio de Janeiro, realizado na sexta-feira, dia 3 de julho, por meio digital em função do novo coronavírus. A intenção de o governo Bolsonaro privatizar os bancos públicos já foi anunciada publicamente pelo presidente da empresa, Rubem Novaes e em várias ocasiões por Paulo Guedes.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

O encontro foi aberto com uma análise da atual conjuntura política e econômica do Brasil e seus efeitos sobre os bancários e demais categorias de trabalhadores. O vereador Reimont (PT), que também é bancário do BB destacou “a importância do papel social do banco nas políticas socioeconômicas” e disse que “a defesa das instituições públicas deve ser feita pelos tra-



balhadores, mas também pelos parlamentos em suas instâncias municipais, estaduais e federal”. João Fukunaga, coordenador Nacional da Comissão de Empresa do funcionalismo falou das “dificuldades da atual conjuntura para o cenário das negociações com o banco e a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) e ressaltou ainda a importância da “vitoriosa estratégia da mesa única de negociação” para a garantia de direitos e conquistas da categoria. Márcio de Souza, Diretor de Administração da Previ, o fundo de previdência complementar dos trabalhadores do banco, também falou da ameaça real de privatização do BB e da necessidade de unidade e mobilização para

impedir esta onda privatista no país, que se concretizada, resultará em prejuízos para a previdência complementar e o país.

FUNÇÃO SOCIAL AMEAÇADA

Entregar o BB e a Caixa Econômica Federal ao setor privado é um antigo sonho do cartel do sistema financeiro nacional, colocando em risco o papel social das instituições públicas. “O Banco do Brasil tem um papel relevante para a concessão de crédito para pequenas empresas, para o médio empreendedor e também para a agricultura familiar”, lembra a representante do funcionalismo no Conselho de Administração do BB, Débora Fonseca.

O fechamento de agências, a defesa da Cassi e da Previ e o combate às metas abusivas também estiveram na pauta do encontro. Na avaliação do diretor do Sindicato Alexandre Batista, o encontro estadual foi bastante produtivo. “Tivemos a oportunidade de discutir temas relevantes que serão encaminhados ao nosso encontro nacional, entre eles a manutenção de direitos do Acordo Coletivo de Trabalho, o controle do ponto eletrônico, evitando o trabalho fora do horário em Home Office e unidades físicas, entre outras demandas”, disse.

Os sindicalistas defenderam ainda uma regulamentação do teletrabalho. O movimento sindical cobra que a empresa subsidie os custos maiores de luz, água, internet e ligações telefônicas destes trabalhadores e preserve as conquistas da categoria. “É fundamental o acesso da representação sindical para monitorar as condições de trabalho também no home Office e não abrimos mão da manutenção dos acordos coletivos”, disse a diretora do Sindicato Rita Mota, membro da Comissão de Empresa dos funcionários do BB.

Se você está trabalhando em Home Office, participe da pesquisa da Contraf-CUT

Bancários que fazem parte deste grupo podem se inscrever pelo zap (55 21) 97103-6729 para participar. Dados serão divulgados na Conferência Nacional

A Contraf-CUT e o Comando Nacional dos Bancários lançaram desde o dia 1º de julho uma pesquisa para saber a opinião da categoria e apurar informações sobre as condições de trabalho em Home Office. A enquete é importante para tomada de decisões na Conferência Nacional dos Bancários a fim de que as reivindicações sejam levadas aos bancos na defesa dos direitos e da remuneração dos empregados. “É a categoria quem define as prioridades de nossa campanha nacional e diante da tendência anunciada por bancos e empre-

sas de que o trabalho remoto veio para ficar, é fundamental ouvirmos a opinião dos bancários e bancárias”, explica a presidenta do Sindicato do Rio Adriana Nalesso.

EM DEFESA DOS DIREITOS

A sindicalista chama a atenção para as declarações do presidente do Santander no Brasil, Sérgio Rial, de que os funcionários que irão permanecer no teletrabalho “deverão devolver uma parte de seus ganhos à instituição bancária”. O executivo do grupo espanhol citou

que o bancário que permanecer trabalhando em casa deveria abrir mão dos tíquetes refeição e alimentação e até de parte de sua remuneração salarial. “Precisamos das informações dos bancários para organizar a pauta de negociações e a estratégia de luta em defesa dos direitos de toda a categoria”, acrescenta Nalesso. Os bancários responderão eletronicamente a um questionário elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Os dados da pesquisa serão apresentados durante a 22ª Con-

ferência Nacional dos Bancários, que será realizada nos dias 18 e 19 de julho, por videoconferência, como forma de embasar o debate sobre a minuta de reivindicações.

COMO RESPONDER

Para participar da consulta é muito simples e seguro. Se inscreva pelo zap (55 21) 97103-6729. O link da pesquisa será enviado aos bancários que estão em trabalho home office. Se você faz parte deste público e ainda não recebeu o link, deve entrar em contato com o Sindicato.

Bancos privados: defesa do emprego e dos direitos frente às mudanças no mundo do trabalho

Bancários aprovam resoluções que serão levadas para a Conferência Nacional. Santander é citado como mau exemplo de demissões em massa

A 22ª Conferência Interestadual RJ/ES, realizada de forma virtual, realizada no sábado, dia 4 de julho e que contou com a participação de cerca de 423 inscritos, debateu a atual situação política e econômica do país e suas consequências sobre a categoria bancária e os demais trabalhadores. Os debates foram mediados pela presidente do Sindicato do Rio de Janeiro, Adriana Nalesso. Os sindicalistas destacaram o momento adverso de ataques do Governo Bolsonaro aos direitos trabalhistas e a gravidade da ausência absoluta de uma política coordenada no combate ao novo coronavírus, o que aprofunda ainda mais as crises sanitária e econômica. Os participantes do encontro defenderam a unidade e a mobilização da classe trabalhadora como única alternativa para o enfrentamento da atual conjuntura e para a superação de um momento de tanta dificuldade para o povo brasileiro, sem precedentes na história.

NOVOS DESAFIOS

“Temos o desafio de reinventar o movimento de organização dos trabalhadores diante das novas formas do mundo do trabalho e da comunicação. Estamos vivendo muitas incertezas, como em relação ao Home Office e o Teletrabalho,



mas saio desta conferência, certo de que vamos continuar resistindo mesmo com o distanciamento social e isto nos deixa muito esperançosos”, disse o diretor de Organização e Política Sindical da CUT-RJ, Carlos de Souza.

DEMISSÕES PREOCUPA

Uma das prioridades da campanha da categoria no setor privado apontada pelos participantes do encontro é a questão das demissões em massa nos bancos privados e o caso mais preocupante é o do grupo espanhol Santander, que já demitiu 433 funcionários em todo o país, somente no mês de junho, uma média de 20 trabalhadores dispensados por dia. O corte virou matéria no jornal Folha de S.Paulo, que aponta o grupo espanhol como o único que tem feito

dispensas em massa entre os grandes bancos do sistema financeiro nacional.

REGULAMENTAÇÃO

A presidente do Sindicato do Rio Adriana Nalesso questionou “a quem interessa as novas tecnologias”, numa alusão à intenção de empresas e bancos de ampliarem o Home Office e o Teletrabalho para retirar direitos e reduzirem a remuneração dos trabalhadores a fim de reduzir custos e elevar ainda mais os lucros. No Brasil, bancos e empresas já sinalizaram que o trabalho remoto veio para ficar e se aproveitam da pandemia para fazer uma grande experimentação destas mudanças no mundo do trabalho.

UNIDADE E PARTICIPAÇÃO

Adriana defendeu como saída para a crise econômica e o retrocesso político a unidade da categoria e dos movimentos sociais para enfrentar os ataques às conquistas trabalhistas promovidos pelo governo federal e pelos patrões. Destacou ainda a importância da cobrança dos compromissos de protocolos de prevenção à Covid-19 para a proteção da vida e convocou a categoria a participar da Campanha Nacional.

“Será fundamental que bancários e bancárias participem das atividades de mobilização através das redes sociais e recebam informações no site do Sindicato e da ContraF-CUT. A mesa única de negociação também será essencial para avançarmos nesta Campanha”, conclui Adriana. No encontro foi eleita a delegação e aprovada as deliberações para a 22ª Conferência Nacional dos Bancários (dias 18 e 19 de julho), que também será realizada por meio virtual para evitar aglomerações em função da pandemia.

O Presidente da Fetraf/RJ-ES (Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) Nilton Damião, o Niltinho, disse que é preciso defender a unidade dos bancários e bancárias “não apenas no discurso, mas na prática e no coração”, em função de uma das mais duras conjunturas da história enfrentada pelos trabalhadores brasileiros.

BANCOS PÚBLICOS

Em relação aos bancos públicos, além das demandas específicas dos funcionários debatidas nos encontros estaduais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, os sindicalistas destacaram como uma bandeira de luta prioritária “o combate contra o projeto de privatizações e a defesa das empresas e bancos públicos”.

SANTANDER

PLR não é um favor do banco, é direito, e não ameniza prejuízos das demissões

Após propor redução de direitos e salários, banco põe panos quentes para encobrir demissões e surfa em direito conquistado pela categoria

Após o Santander demitir em massa no Brasil – já passam de 433 trabalhadores dispensados em todo o país – o banco tenta “colocar panos quentes” para encobrir a realidade das demissões em massa promovidas no Brasil, postando uma informação do que seriam “três boas notícias”, entre elas, o pagamento integral da regra básica da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) de 2020, “apesar do entorno muito mais desafiador”, diz o comunicado compartilhado pela direção da empresa. “O curioso é que o banco chama de ‘entorno muito mais desafiador’, o que deverá ser a maior crise econômica da história do Brasil causada pela incompetência da gestão Bol-

sonaro no combate à Covid-19 e na política econômica, que só retira direitos, eleva o desemprego, precariza o trabalho com avanço da informalidade e arrocha os salários, este governo que o Santander ajudou a eleger e apoia”, critica o diretor do Sindicato, Marcos Vicente.

A presidenta da entidade Adriana Nalesso lembra que a PLR não é uma concessão dos bancos. “Pode até ser que alguns dos bancários mais jovens não saibam, mas a PLR não é um favor do Santander. Esta boa notícia não é uma concessão da empresa,” critica.

O grupo espanhol sai na frente da eterna obsessão dos bancos e grandes empresas de retirarem direitos dos trabalhadores. Recentemente,

o presidente da instituição no Brasil, Sérgio Rial, ao declarar que o trabalho Home Office veio para ficar, disse numa entrevista voltada ao mercado, que o empregado que executa sua atividade em teletrabalho, “tem que devolver a empresa o que ele economiza ao não trabalhar em unidades físicas do banco”, disse citando o corte de direitos, como tíquetes refeição e alimentação e a redução de remuneração.

SÍNDROME DE ALICE

Na última negociação com a COE (Comissão de Organização dos Empregados), realizada no dia

1º de julho, representantes da área de RH do banco disseram apenas que foram dispensas pontuais “por falta de produtividade segundo critérios normais de avaliação de desempenho”. Os sindicatos rebatem e lembram que funcionários com ótimos resultados foram mandados embora. E os números divulgados pela imprensa desmentem a versão da empresa quanto às demissões: a Folha de S. Paulo revelou que, só em junho, foram em média 20 trabalhadores demitidos por dia. Os representantes da empresa negam ainda a pressão da cobrança de metas, o que também não condiz com as inúmeras denúncias que não param de chegar às entidades sindicais.